

## REDES DE PARENTESCO E CONSIDERAÇÃO ENTRE TRABALHADORES URBANOS: TECENDO RELAÇÕES A PARTIR DE *QUINTAIS*

Simoni Lahud Guedes\*

**RESUMO:** Este trabalho visa contribuir com reflexões recentes realizadas na antropologia brasileira, que estão levando à problematização das definições de família e parentesco e à reavaliação da concepção nuclearizada da família entre trabalhadores urbanos, no Brasil. Para ultrapassar abordagens centradas analiticamente na concepção da família como unidade de consumo e rendimentos e que têm na noção de “estratégia de sobrevivência” seu principal instrumental analítico, as dimensões simbólicas da família e do parentesco são colocadas em foco. Neste artigo, analisando uma forma empírica registrável no Grande Rio - os *quintais* - argumenta-se que, entre os trabalhadores urbanos, realiza-se uma configuração multi-dimensional e original que valoriza, simultaneamente, os núcleos familiares específicos e as redes de parentesco e vizinhança que os penetram e lhes dão seu significado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalhadores urbanos, família nuclear, redes de parentesco, vizinhança, *quintais*.

Um dos problemas metodológicos instituintes da antropologia social é a delimitação das unidades de análise que delinham o campo empírico a ser investigado a partir dos constructos teóricos. Esta difícil operação, se bem realizada, permite dar continuidade ao diálogo entre as teorias sócio-antropológicas e as práticas coletivas, investidas de idéias e valores, que se intenciona investigar. A centralidade desta questão torna-se

---

\* Doutora em Antropologia Social (Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992). Professora Adjunto IV do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política. Pesquisadora do CNPq, com Bolsa de Produtividade em Pesquisa 2b, desde 1995.

particularmente perceptível nas pesquisas realizadas nas sociedades chamadas complexas ou plurais. Neste caso, os múltiplos sistemas simbólicos sempre disponíveis, estão em contínua inter-relação, articulando-se de diferentes modos, sendo impostos, apropriados parcialmente, reinventados ou recriados a cada momento. Não há, além disso, estrita correlação entre unidades sociologicamente delimitáveis e configurações específicas de idéias e valores. Tais questões têm sido tema da reflexão de diversos antropólogos, destacando-se, na antropologia brasileira, os trabalhos de GILBERTO VELHO (cf., por ex., 1994).

Explorar, portanto, uma dimensão da **cultura de classe trabalhadora**, como tenciono realizar neste artigo, não significa, sob tal perspectiva, postular um sistema simbólico fechado e isolado, que decole sem intermediações da condição de classe, ou que outras possibilidades de estruturação sejam ignoradas. Pressupõe, entretanto, que o processo histórico específico de constituição de uma ordem capitalista no Brasil constrói uma classe trabalhadora como um dos seus atores fundamentais e, como tal, referidos a uma determinada configuração de idéias e valores centrais em contínua relação com outras configurações, existindo no interior de um processo multifacetado de dominação. Logo, há o pressuposto de que se trata de um processo relacional, cujos limites estão abertos e em contínua transformação histórica. Este processo pode produzir uma miríade de realizações empíricas mas que, em cada caso, atualizam nas práticas sociais as referências simbólicas que lhes dão sentido. É esta proposta analítica adotada aqui que autoriza a utilização do recorte **trabalhadores urbanos**, visando destacar contextos sociais em que tal processo histórico de construção social de trabalhadores é atuante. Certamente, há outros eixos estruturadores nas sociedades modernas e, cada vez mais, em função da reestruturação das forças produtivas – e o conseqüente deslocamento do trabalho como foco econômico, político, social e simbólico de identificação – há contextos menos penetrados por estes processos.

Neste artigo, a partir de uma problematização do estudo da família e do parentesco entre trabalhadores urbanos, busco uma de suas realiza-

ções empíricas na região do Grande Rio de Janeiro – a organização em **quintais** e a estruturação sob a forma de redes sociais – para examinar a especificidade desta forma social e sugerir unidades analíticas mais apropriadas para o trabalho etnográfico. Constatou-se, na verdade, em muitos estudos acerca de processos mais diretamente associados às relações familiares e de parentesco na sociedade do pesquisador que esta preocupação é, muitas vezes, tornada secundária pela naturalização das definições utilizadas para orientar a análise, freqüentemente induzida pelo partilhar a mesma língua. Este trabalho pretende, portanto, ser uma contribuição aos esforços recentes realizados na antropologia brasileira na mesma direção, que estão levando à reavaliação do processo de nuclearização da família entre trabalhadores urbanos e à problematização da definição de família.

As considerações feitas aqui originam-se de reflexões realizadas numa trajetória de pesquisas, em segmentos recortados na classe trabalhadora, em que a construção de objetos diversos, quaisquer que fossem, implicava em levar em conta as relações familiares e de parentesco, atestando seu poder enquanto *locus* de princípios simbólicos organizadores (cf. GUEDES, 1997). Centram-se, contudo, mais especificamente, em etnografia realizada em bairro de trabalhadores no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Nessa investigação, que tinha como objeto os processos de transmissão do saber prático entre trabalhadores urbanos, forma de concepção positiva de seu lugar no mundo, inserido em lugar estratégico em seu patrimônio cultural, vem ao primeiro plano o processo de socialização, entendido como uma *ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou um setor dela* (BERGER e LUCKMANN, 1973, p. 175). Tratava-se de investigar os processos de transmissão de saberes, técnicas, estratégias, relações, éticas e etiquetas específicas, identificando os agentes pedagógicos em atuação, a forma da relação em que ocorrem tais processos e os fundamentos sócio-culturais que a autorizam. Essa proposta de trabalho, tornava, evidentemente, central a questão da delimitação das concepções e práticas ligadas à famí-

lia e parentesco, de modo a compreender seu lugar neste processo. São as reflexões oriundas dessa etapa do trabalho que apresento aqui.

### **PROBLEMAS NA DELIMITAÇÃO DA FAMÍLIA E DO PARENTESCO ENTRE TRABALHADORES URBANOS**

A incomensurável produção teórica e empírica registrada nas ciências sociais, em particular na antropologia, sobre família e parentesco, denota a importância que os pesquisadores têm atribuído às formas diversas assumidas por esta instituição. Obviamente, não cabe aqui sequer a tentativa de apreender tal produção mas é importante nos determos em alguns pontos, de especial importância no estudo de trabalhadores urbanos.

Uma observação geral sobre essa produção é o desequilíbrio que se constata entre a extrema sofisticação teórico-metodológica – em alguns casos beirando um certo tecnicismo hermético – das discussões sobre essa temática quando se referem a sociedades tribais, por exemplo, e a quase ausência de teoria e, até, de qualquer sofisticação nos dados, nos estudos sobre família no meio urbano nas sociedades complexas. Nesse caso, ao contrário, a simplificação é tamanha que, muitas vezes, nem mesmo o parentesco é levado em consideração. Dada a importância desses estudos na própria constituição do campo da antropologia social, fornecendo o material empírico que sustentou grande parte de suas grandes elaborações teóricas, e a importância que se demonstrou ter assumido o parentesco como princípio articulador em muitas sociedades, esse desequilíbrio é, até certo ponto, justificável. Estaria vinculado à natureza diferente dessas sociedades, percebida por SAHLINS, por exemplo, como *diferença entre sociedade burguesa e sociedade primitiva na natureza e na produtividade do processo simbólico que seja contrapartida de uma variação no padrão institucional* (1979, p. 233). Assim, enquanto a sociedade burguesa se caracterizaria pela *separação estrutural de esferas funcionais, na sociedade primitiva, a ação econômica, política e ritual é organizada pela estrutura generalizada do parentesco* (SAHLINS, 1979, p. 233).

Mas, ainda assim, é preciso questionar esse desequilíbrio porque pode ser um indício da presença de pressupostos não problematizados no recorte das questões, orientando a análise pelas concepções etnocêntricas do pesquisador antes que opção metodológica orientada por uma concepção diferente da natureza das sociedades complexas modernas.

No interior dessa produção, dispõe-se hoje de uma bibliografia numericamente relevante sobre família entre trabalhadores urbanos, contemplando segmentos diversos. Essa acumulação etnográfica resulta, em parte, do fato de constituírem-se em um dos recortes privilegiados no movimento em que a antropologia, ao voltar-se para as sociedades complexas, busca recriar as condições de alteridade na investigação (cf. DURHAM, 1986). Uma revisão dessa literatura realizada por DUARTE (1986) evidencia três focos de valores e atuações sociais: a família, o trabalho e o local de residência. Repetidamente enfatizados, nem sempre, contudo, a concordância verificada na literatura quanto a esses focos representa consonância de perspectivas e clareza quanto aos princípios metodológicos de referência que os recortaram como tais.

Diferentes etnografias sobre famílias de trabalhadores urbanos no Brasil, demonstraram a atuação de um modelo de família, que pode também ser reconhecido no clássico sobre o operariado inglês de RICHARD HOGGART (1973). Esse modelo importa num padrão básico e ideal de constituição como família nuclear conjugal, centrada na complementaridade de papéis de **pai provedor** e **mãe dona-de-casa**, categorias que englobam basicamente dois tipos de relações sociais: a relação conjugal e a de filiação, esta última pressupondo a relação do *sibling* (o grupo de irmãos). Seria, sob este ponto de vista, mais uma realização da família nuclear conjugal, infletida pelas específicas condições de vida desta classe social.

Uma das interpretações mais influentes deste modelo foi a que resultou na leitura da família de classe trabalhadora como unidade de consumo e rendimentos, uma instituição que elabora criativamente uma série de **estratégias de sobrevivência**. Sob tal perspectiva, configuram-se análises que privilegiam as formas pelas quais, através das unidades familiares,

os trabalhadores fazem face à condição de **despossuídos** sob a ordem capitalista, buscando, por essa via, incorporar a tais estudos as questões teóricas derivadas do marxismo (cf., para o caso brasileiro, por ex., FAUSTO NETO). Neste caso, sua especificidade cultural – situada nos papéis conjugais citados, não por acaso denotando uma divisão do trabalho – deriva, diretamente, de sua construção como unidade sociológica, a partir de um legítimo ponto de vista externo e objetivador, que opera com princípios teóricos determinados. Evidências empíricas construídas através de abordagens que tomam os domicílios isolados como campo de investigação, bem como uma série de características estatisticamente registráveis, contribuíram para dar consistência a este modelo.

As possibilidades e limites desta abordagem podem ser sintetizadas numa certa radicalização a que chegou justamente com a noção de **estratégia de sobrevivência**, evidenciando seu corte economicista. A família dos trabalhadores é apropriada primordialmente pelos cálculos realizados para sua reprodução física (**sobrevivência**), considerando-se como irrelevante sua dimensão simbólica, estabelecendo-se sua especificidade pelas escolhas feitas dentro de alternativas limitadas pela sua inserção subordinada na ordem capitalista. Os trabalhos realizados sob esta perspectiva foram classificados posteriormente por SARTI (1996) como orientados por um **paradigma da produção**, oposto aos que se constroem a partir de um **paradigma da cultura**.

Estes trabalhos deram conta de um aspecto da família entre os trabalhadores, demonstrando, à larga, sua importância como grupo dentro do qual as específicas condições de vida de cada segmento são experimentadas, gerando soluções particulares. Trouxeram contribuições relevantes, tornando evidentes algumas alternativas recorrentes, como por exemplo, a socialização dos rendimentos nas mãos da mãe, processo através do qual é dificultada a comparação entre o rendimento do **pai provedor** e as **ajudas** provenientes da mulher ou de filhos, que poderia ser problemática para a manutenção da autoridade paterna. Contudo, se este modelo tem um alto rendimento sob esse ângulo – e é especialmen-

te interessante para se colocar tais segmentos dentro de uma ordem econômica mais ampla – sua excessiva ênfase na família como unidade de consumo e rendimentos resultou em algumas perdas importantes.

O desafio não é apenas o de acrescentar a dimensão simbólica aos achados resultantes da abordagem da família como unidade de consumo. É muito mais complexo pois exige compreender simultaneamente todos as suas dimensões. Não é uma questão exclusivamente da ordem da significação, impõe, isso sim, inquirir a concepção de família entre os trabalhadores **junto** com as outras dimensões definidas analiticamente. Impõe, ainda, não isolar ou recortar tais concepções realizadas e considerá-las nos contextos sócio-culturais mais vastos em que se inserem. Assim, pensar o significado de uma instituição como a família importa em considerar todas as suas dimensões concomitantemente, pois o valor e o lugar atribuídos às formas de recortar e nomear o mundo são constitutivos do seu ser e não apêndices a ele. Para reconstruir o modelo da unidade sociológica é necessário questionar, no mesmo movimento, a concepção, atentando para o valor específico que a categoria **família** refira, bem como os relacionamentos e práticas sociais que incorpore. Importa, ainda, considerar os contextos sócio-culturais mais amplos em que se realiza, de modo a compreender como se insere aí, em que reproduz padrões mais difusos, em que se distingue. Não se pode ignorar, portanto, para o caso brasileiro, a demonstração feita por diversos autores da centralidade desta instituição em todo o processo histórico de construção da sociedade brasileira, assumindo formatos diversos mas todos englobados pelo peso simbólico associado às representações coletivas sobre **família**. ROBERTO DA MATTA sumariza este ponto:

Uma reflexão mais crítica sobre a “família” permite descobrir que, entre nós, ela não é apenas uma instituição social capaz de ser individualizada, mas constitui também e principalmente um “valor”. Há uma “escolha” por parte da sociedade brasileira, que valoriza e institucionaliza a família como uma instituição fundamental à própria vida social. Assim, a família é um grupo social, bem como uma rede de relações. Funda-se na genealogia e nos elos jurídicos, mas também se faz na convivência social intensa e longa. É um dado de fato da existência social (sem família, como dizem os velhos manuais de sociolo-

gia, não há sociedade) e também constitui um valor, um ponto do sistema para o qual tudo deve tender (1987, p. 124-125, grifo do autor).

Demonstrando o poder significacional da categoria através dos deslizamentos que propicia, DA MATTA incorpora como dado relevante a própria ambigüidade dos referentes empíricos do termo **família** na sociedade brasileira.

É neste contexto polissêmico – absolutamente contrastado com a ausência completa de significação do **paradigma da produção** (SARTI, 1996) – que é preciso considerar a família dos trabalhadores urbanos no Brasil. Quero aqui chamar a atenção para um fenômeno social multidimensional que, geralmente, tem sido considerado de importância menor.

### **A FAMÍLIA E O PARENTESCO VISTOS A PARTIR DOS QUINTAIS**

As investigações que venho realizando, em diversos bairros do Grande Rio Janeiro, desde a década de 70, registram a freqüência cada vez maior de uma variante de antiga forma de ocupação das áreas de residência dos trabalhadores. Às **puxadas** (ou **puxados**) através das quais equaciona-se a exigência de residência neo-local para os novos casais e a impossibilidade financeira de sua realização, acrescem-se os **quintais**, realizados preferencialmente quando há mais espaço disponível. Diferenciação na ordenação espacial dificilmente identificável pelo olhar externo, já que nem sempre há limites físicos claramente estabelecidos como muros ou cercas, mas reconhecida com facilidade pelos moradores do bairro, o **quintal** resulta no agrupamento de casas de parentes dentro do mesmo lote.

As observações mais específicas realizadas referem-se, como já indiquei, a um bairro da cidade de Niterói. O bairro selecionado partilha, com outras regiões predominantemente ocupadas por trabalhadores no Grande Rio, uma série de características, como a horizontalidade, a enorme diversidade do aspecto exterior das residências que diferem em tamanho, estado da construção, conservação e detalhes decorativos, pequeno comércio e convivência, lado a lado, de unidades residenciais e



industriais. Neste bairro são especialmente visíveis os estaleiros, de todos os portes, situados no seu entorno, cujos guindastes assomam por trás das casas parecendo formar com elas uma unidade. Sob este aspecto, embora esteja situado em Niterói, insere-se na região industrial e de residência de trabalhadores que engloba a área norte deste município, adentrando, sem solução de continuidade, por seus atributos sociais e culturais, o município vizinho de São Gonçalo, constituindo parte da região que, em outro texto, denominei Barreto-Neves (GUEDES, 1997). Embora retendo uma particularidade na região, pois guarda fortes marcas de um fluxo de imigrantes portugueses que se fixaram ali, no início do século, muitos como trabalhadores nos estaleiros, todos os dados obtidos não deixam dúvida quanto à sua inserção nesta região. Estão presentes, portanto, todos os indicadores sócio-culturais que permitem supor estarem referidos à mesma configuração cultural identificada anteriormente (GUEDES, 1997), permitindo inclui-lo nesta área de residência de antiga ocupação por trabalhadores ali fixados juntamente com as indústrias nas quais se empregavam, desde o início do século. Isto também se expressa pelo tempo de moradia das pessoas investigadas no bairro, quase sempre bastante alto, evidenciando a antiga radicação no local.

Esta antiga radicação dos trabalhadores no local contribui, de forma decisiva, para que ele se apresente como um complexo entrelaçamento de parentes, distribuídos por toda a sua área, embora, como se verá adiante, o recrutamento com base no princípio do parentesco não se limite, evidentemente, ao bairro. Neste e em outros casos de áreas de antiga implantação residencial de trabalhadores apenas torna-se mais evidente, pela acumulação de resultados ao longo dos anos, do princípio do recrutamento de parentes como vizinhos. A paisagem social do bairro apresenta-se, assim, como o resultado de um processo maior sintetizando os inúmeros movimentos em que tal princípio é atualizado.

Nesta paisagem destacam-se núcleos mais densos de parentesco nas formas de residência que designam como **quintal**. Esta categoria recobre os conjuntos de casas que foram construídas ao longo dos anos

num mesmo lote ou terreno, a partir de uma casa inicial, em que o proprietário realiza ele mesmo ou permite a realização de novas construções. Podem apresentar-se em densidade variável: há **quintais** com três, quatro ou cinco casas e muito espaço disponível, há outros em que mais de dez casas encontram-se lado a lado, outros ainda que cresceram verticalmente em direções dificilmente imagináveis compondo uma arquitetura surpreendente. Assim, o bairro, mesmo sendo de antiga radicação, apresenta em muitos pontos um aspecto similar ao das periferias para as quais os trabalhadores foram mais recentemente empurrados pois está em permanente reconstrução.

Embora de uma frequência estatística altamente relevante, não é o peso numérico dos **quintais** que interessa acentuar aqui: é o seu significado como fenômeno multidimensional e as possibilidades que apresenta de sugerir uma abordagem diversa para os estudos de família e parentesco entre os trabalhadores. Isto porque as características mais evidentes desta forma de agrupamento residencial são, em primeiro lugar, tratar-se de adensamento residencial de parentes e, em segundo lugar, em decorrência disto, tratar-se de uma forma específica e original de conjugar princípios de organização social que são considerados, à primeira vista, como excludentes pelos pesquisadores. Vejamos com mais vagar cada uma destas características.

Os **quintais** são predominantemente ocupados por pessoas que se reconhecem como parentes, tendo como referência os ocupantes da casa original. Esta é, em geral, reconhecível visualmente no conjunto pois costuma ser a maior, a mais antiga, a que apresenta mais sinais dos cuidados de acabamento e decoração (particularmente, emboço, reboco e pintura, só realizados quando há disponibilidade, não sendo considerados essenciais ao habitar). Esta diferença é a porta de entrada também para se compreender a hierarquia interna ao **quintal**. Sua ocupação é meticulosamente planejada e negociada a partir do núcleo familiar que detém a casa original e, portanto, os espaços disponíveis. Dali se gerencia o **quintal** tanto em termos mais diretos (divisão do custo do ponto de

luz, da água e esgoto, melhorias gerais como portões e muros, iluminação comum) quanto em termos da atualização dos princípios sócio-culturais que o produzem como a escolha de quem vai ocupar as casas existentes e a possibilidade de novas construções. Foram observados, além disso, alguns casos que demonstram haver uma expectativa de que este núcleo também deverá se encarregar da administração dos freqüentes conflitos gerados pela convivência cotidiana. É, portanto, em relação a este núcleo que o parentesco é traçado. E se a forma mais usual e encontrável é a apresentação do **quintal** como cristalização do momento de dispersão do ciclo de vida doméstico, com as casas das famílias de procriação dos filhos do núcleo original se sucedendo no seu entorno, esta não é, absolutamente, a única forma. São freqüentes e registráveis a presença das famílias dos irmãos da esposa ou do marido, sobrinhos, primos e, ainda, parentes por afinidade dos filhos do casal. Isto demonstra que o lote ou terreno representa uma forma de acumulação de um patrimônio que é pensado como coletivo no interior do recrutamento por parentesco. Nesse sentido, é muito importante observarmos que a ocupação ou posse deste terreno não é concebida como um valor de troca mas em termos do seu valor de uso, ou seja, trata-se claramente de uma escolha que atualiza princípios de ordenação sócio-cultural específicos. Os resultados econômicos poderiam ser obtidos de outras formas: alugando ou arrendando tais espaços. Mas esta não é, absolutamente, a alternativa escolhida. Voltarei a este ponto adiante.

As relações de parentesco encontráveis dentro de um **quintal** dependerão, em parte, do tempo de construção da casa original e do entrecruzamento dos diferentes ciclos de vida dos núcleos familiares que comporta. Assim, um núcleo familiar cujos filhos e filhas já constituíram novas unidades, pode se recompor agregando outras pessoas (filhos e filhas separados, netos, sobrinhos, irmãos, cunhados) e manter-se na casa original com as prerrogativas que ela estabelece. Este é um dos momentos em que **toda** a rede de parentesco é acionada, para além do núcleo mais denso, qualitativamente diferenciado pela convivência cotidiana do **quintal**. Nesse movimento também, que não é simples nem casual, são

incorporados os sucessores destas prerrogativas. Uma outra forma também notável ocorre quando o casal original é desfeito (por separação ou morte) e, ao invés da recomposição do núcleo, o cônjuge que permanece opta por transferir a casa original para um dos filhos ou filhas e passa a residir numa outra, menor, dentro do **quintal**. Nesta transferência de direitos incorpora-se a expectativa de uma contrapartida através do dever de cuidar da velhice ou doença do cedente. Há **quintais** nos quais convivem até quatro gerações, apresentando configurações muito diversificadas pois cristalizam movimentos diversos realizados ao longo da vida dos núcleos que o compõem.

A eventual ocupação de uma casa num **quintal** por um núcleo familiar com o qual nenhum dos outros núcleos presentes possa traçar uma relação de parentesco é bastante reveladora, paradoxalmente, da força dos princípios sócio-culturais de recrutamento pelo parentesco. Nos casos em que se registra, a casa ocupada pelo não-parente pode ser alugada mas é, mais comumente, cedida e pressupõe uma relação de vizinhança ou amizade pré-existente. Esta relação situa-se, então, no conjunto daquelas que são redefinidas como de **parentesco por consideração**. Trata-se, como já afirmara DA MATTA (1987), de uma específica atualização do parentesco como valor, concepção mais geral na sociedade brasileira. Relações de intimidade, convivência e entre-ajuda intensa têm que ser expressas no idioma do parentesco. Neste caso, o que é remarcável é a concepção de que a relação de vizinhança ou amizade foi transformada em **parentesco por consideração** antes de sua agregação ao **quintal**. Ou seja, do ponto de vista simbólico há uma absoluta recusa de incorporação de não-parentes, denotando uma recusa da utilização do espaço e das construções disponíveis segundo lógicas distintas daquelas do parentesco. Não se trata apenas de uma retórica vazia mas da expressão de uma concepção de mundo.

Mas os **quintais** nos revelam muito mais. Demonstam de que forma se articulam, na cultura de classe trabalhadora, simultaneamente, com equivalência simbólica e atravessados pelos mesmos princípios só-

cio-culturais, uma ordenação através do modelo de família nuclear conjugal (neste caso, também, como se verá, reinterpretado) e a sua inclusão em redes de parentesco e vizinhança. Os **quintais** são como nódulos mais densos nas redes de parentesco e vizinhança, podendo ser considerados como a forma empírica mais visível da rede de parentesco. Concretizam, assim, no espaço, os princípios morais através dos quais as pessoas se relacionam.

Um outro ponto, que já tem sido assinalado por alguns antropólogos brasileiros, deve ser ressaltado aqui: o reconhecimento de relações de parentesco supõe algumas expectativas e propicia o terreno básico para a consolidação das relações sociais mas não é condição suficiente para a vinculação a uma rede. Por isso podem ser freqüentemente anotados no levantamento das genealogias que realizamos neste bairro, por exemplo, o registro de relações de parentesco que não devem ser assim consideradas (*tenho uma tia que mora na outra rua, mas a bem dizer eu não acho que é minha parenta não porque nunca está com a gente, nem veio ao meu casamento*), concepção que é o reflexo perfeito, invertido, da que transforma amigos e vizinhos em **parentes por consideração**.

Todas estas expressões e atuações ressaltam, com muita força, os princípios simbólicos que estão em jogo, percebidos com grande clareza por SARTI (1996), seguindo WOORTMANN (1987):

A noção de família define-se, assim, em torno de um “eixo moral”. Suas fronteiras sociológicas são traçadas a partir de um princípio de obrigação moral, que fundamenta a família, estruturando suas relações. Dispor-se às obrigações morais é o que define a permitência ao grupo familiar. A argumentação deste trabalho vai de encontro à de WOORTMANN (1987) para quem, sendo necessário um vínculo mais preciso que o de “sangue” para demarcar quem é parente ou não entre os pobres, a noção de “obrigação” torna-se central à idéia de parentesco, sobrepondo-se aos laços de **sangue**. Esta dimensão moral do parentesco, a mesma que indiferencia os filhos de **sangue** e de *criação*, delimita também sua extensão horizontal. Como afirma WOORTMANN (1987), a relação entre pais e filhos constitui o único grupo em que as obrigações são dadas, que “não se escolhem”. As outras relações podem ser seletivas, dependendo de como se estabeleçam as obrigações mútuas dentro da rede de sociabilidade. Não há relações

com parentes de “sangue” se com eles não for possível dar, receber e retribuir (SARTI, 1996, p. 63, grifo e itálicos da autora).

Esta perspectiva, portanto, abre os limites da família, enfatizando a rede de relações que se constitui a partir da atuação do princípio de reciprocidade que une as pessoas através de obrigações mútuas. O que liga as pessoas aqui é justamente o que expressam na categoria multidimensional **ajuda** (GUEDES, 1997), que retém o poder de referir-se simultaneamente tanto aos atos do cotidiano em que esta troca se dá – e que possibilitam tornar menos difíceis as condições de vida destas pessoas – quanto à dimensão moral de que são investidos. Esta categoria tem sido recorrentemente registrada nas mais diversas etnografias feitas com trabalhadores, recobrando desde a forma como a divisão do trabalho e das responsabilidades é pensada no interior dos núcleos familiares (mulher e filhos **ajudam** ao pai; homens **ajudam** as mulheres no trabalho doméstico) até as formas de intercâmbio entre vizinhos ou parentes. A **ajuda** é a forma através da qual as obrigações morais que ligam as pessoas são pensadas. Desse modo, circulam nas redes de parentesco e vizinhança diversos tipos de bens sob as formas de doação, cessão ou empréstimo (roupas, móveis, alimentos, remédios, além de dinheiro), variados serviços, em que todas as habilidades e saberes específicos são trocados, transferência e extensão de relacionamentos que possibilitem colocações no mercado de trabalho, solução de problemas burocráticos, obtenção de recursos específicos. Também é fundamental para a arregimentação de recursos para a realização de festas e rituais, absolutamente centrais na celebração dos diversos recortes que a família, o parentesco e a vizinhança possam conter. São particularmente consideradas as festas para comemoração de noivados, casamentos e aniversários. Nestas ocasiões, a **ajuda** na obtenção de recursos e na realização da festa, além da presença e participação, são cuidadosamente avaliadas. Mais do que tudo, circulam e são continuamente recriados nas redes de parentesco e vizinhança os referenciais simbólicos através dos quais o mundo adquire sentido. Deve-se destacar ainda que tudo que circula amplamente nas redes de parentesco e vizinhança apresenta-se potencializado no **quintal**, ou seja, à intensificação e

imediatez das trocas (mais esporádicas em relação ao resto da rede social) acrescem-se os aspectos derivados do partilhar a vida cotidiana. Também por esta razão estes núcleos adensados tendem a apresentar os mais altos níveis de conflitos, temática que certamente merece investigações detidas.

As configurações de parentesco desenhadas pelas redes de parentesco e vizinhança são bastante diferenciadas, pois são nitidamente percebidas como construção seletiva dentro de um conjunto potencialmente muito mais amplo, o conjunto aberto de relações que são concebidas como relações biológicas entre os indivíduos (relações de **sangue**) e aquelas estabelecidas pelos casamentos. Esta abordagem é, também, uma crítica aos recortes que tomam a família nuclear conjugal (compreendida como unidade de consumo e rendimentos ou mesmo as que não se restringem a esta interpretação) como unidade analítica exclusiva.

Contudo, o reconhecimento da importância destas redes de relações sociais não implica, necessariamente, no descarte da análise dos núcleos de família conjugal que, além de se apresentarem como dados empíricos, têm um lugar específico nas representações coletivas dos trabalhadores. É neste aspecto, particularmente, que penso que olhar a concepção da família e do parentesco entre os trabalhadores urbanos a partir dos **quintais** pode ser revelador. **Esta específica forma empírica enquanto adensa, reforça, legitima e concretiza o caráter de rede social do parentesco, unida pelas obrigações morais e pela ajuda mútua, seletivamente construída, simultaneamente consagra a delimitação de cada núcleo conjugal através da privacidade da casa.**

No interior da casa dos trabalhadores (WOORTMANN, 1982), cuja privacidade é ciosamente mantida mesmo nas relações de proximidade física extrema, busca-se realizar o modelo idealizado da família nuclear conjugal. A categoria **ajuda**, aqui, assume significados mais precisos e compõe a hierarquia interna fundamental à reprodução do núcleo enquanto tal (GUEDES, 1997).

Contudo é justamente onde ele parece não se realizar – nos arranjos matrifocais – que sua força aparece com mais clareza. NEVES (1984) vai demonstrar que tanto os freqüentes rompimentos das uniões conjugais quanto os sucessivos relacionamentos tentados por homens e mulheres orientam-se pela busca de realização do modelo idealizado da família nuclear conjugal, centrada nos papéis de pai provedor e mãe dona-de-casa. Se terminam por compor outros núcleos, os de mulheres aparentadas, em mais de uma geração, e suas proles, só o fazem pela crença de que, em alguma das tentativas, poderiam realizar o modelo.

Ademais, trata-se de um modelo de família que, ao ser naturalizado no processo histórico de aburguesamento da sociedade como o único modelo, impõe-se de uma maneira muito mais ampla. É o modelo de família instituído em todos os níveis do Estado, com os quais toda a sociedade tem que conviver, mesmo que dispondo de instrumentos e poder diverso para fazê-lo. Todas as relações institucionais, de cunho jurídico ou não, que se apresentam dirigidas à família delimitam o núcleo conjugal e sua prole como aquele dotado de direitos e deveres especiais. Nesse sentido é, como acentua BOURDIEU (1993, cf. nota 7), uma ficção realizada.

Todavia, a família conjugal nuclear dos trabalhadores não se apresenta como apenas mais uma realização do seu modelo mais difundido. Ainda assim, ela é bastante específica e isso por duas razões.

A primeira destas razões é a sua composição interna, aparentemente semelhante às outras mas substantivamente diferente. Isso porque o pressuposto do modelo é que ele associa indivíduos por laços de consanguinidade e afinidade. Mas, neste caso, algumas análises já se acumulam demonstrando que o indivíduo não é um valor importante, devendo-se buscar a base deste arranjo sociológico noutros valores (cf., por ex., DUARTE, 1986). A família nuclear aqui não resulta da união de indivíduos morais completos. Ela não é um produto mas produtora, antecedente simbolicamente dos seres que contém. Essa dimensão simbólica específica fica bem evidenciada pela concepção naturalizada do casamento que



se apresenta nesta configuração cultural. O casamento não é uma opção que indivíduos completos exerçam. É, ao contrário, a forma através da qual homens e mulheres incompletos por definição constituem uma unidade significacional – o casal. É preciso, então, considerar, neste caso, a centralidade da distinção entre os sexos, em termos de uma concepção hierárquica e complementar (DUMONT, 1979, 1985), e seu alto rendimento simbólico na produção de instituições. Portanto, ao contrário da família nuclear em outros contextos sócio-culturais, esta não abriga indivíduos separados e só pode ser compreendida em sua totalidade.

Ultrapassando a universalização da categoria indivíduo, já devidamente questionada na antropologia desde MAUSS (1968), podemos ter um caminho, neste caso, para evitar projetar as categorias do pesquisador para o grupo pesquisado. Na análise das sociedades industrializadas, modernas, e, em especial, na análise de segmentos urbanos, é bastante notória a consequência desta perspectiva. Os estudos sobre família recortam-na, muitas vezes, como instituição que se explica por si mesma, operando uma fragmentação que transita do empírico para o teórico e que, no máximo, a considera como mediação entre o indivíduo e a sociedade, questão que, evidentemente, só tem sentido onde existam os indivíduos.

A segunda razão pela qual é possível afirmar que esta família nuclear conjugal deve ser abordada de modo específico é, justamente, o que venho tentando demonstrar ao chamar a atenção para a forma empírica **quintal**. A combinação nele operada entre a nuclearização e a inclusão numa rede de entre-ajuda tem que ser considerada **simultaneamente**. Isso porque, se minha argumentação está correta na interpretação deste material, a unidade mínima da própria rede não são indivíduos mas famílias nucleares. Não se circula isoladamente no interior destas redes mas dentro de um núcleo que se relaciona a outros. Assim é que a agregação e resignificação das relações é uma constante nestas redes. É neste sentido, por exemplo, que deve ser interpretada a constante circulação de crianças em seu interior (cf. FONSECA, 1995) e a impressionante acumulação de dados no sentido da incorporação de relações de parentesco

mais distantes ou de amizade às relações consideradas básicas no núcleo conjugal familiar. Um neto, sobrinho ou filho de um **parente de consideração** será apresentado e tratado como filho, não porque as pessoas se envergonhem de tal procedimento, mas porque assim se tornam. Não há muito espaço para outras categorias no interior desta família. Este procedimento tende a enganar observadores mais apressados pois apenas o conhecimento aprofundado da família – e, às vezes, um lance de sorte – permite ao pesquisador conhecer a relação que antecedia àquela. Da mesma forma, desde que submetidos à obrigação moral de que nos fala SARTI (1996) há sempre um lugar para que se **encaixe** um ser que, de alguma forma, isolou-se de um núcleo anterior. Nestes movimentos constantes de **encaixes** e **desencaixes** vão se compondo e recompondo os núcleos ligados intrinsecamente em redes sociais.

Assim sendo, a delimitação tão claramente operada da família nuclear através das casas é circunstancial e **porosa**. Ela é continuamente penetrada pela rede de parentesco e **consideração**.

Estes dados sugerem, ainda, que a noção de parentesco entre trabalhadores urbanos é a categoria mais abrangente num amplo sistema classificatório vivenciado, experimentado e recriado continuamente na prática cotidiana. No seu interior, relações de qualidade e natureza diferente são concebidas e vivenciadas (**parentes, não-parentes, parentes por consideração, vizinhos, conhecidos, estranhos, família, parentes do mesmo quintal**). Desse modo, olhar a família e o parentesco entre trabalhadores urbanos no Brasil através de uma de suas realizações concretas no Grande Rio permite visualizar alguns caminhos para ultrapassar noções não problematizadas na sua análise, buscando algumas vias para compreender estes fenômenos sociais tão complexos em suas múltiplas dimensões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas.

- 1973 **A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis: Vozes.
- BILAC, Elisabete Dória  
1978 **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência.** São Paulo: Símbolo.
- BARNES, J. A.  
1987 Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global.
- BOTT, Elizabeth  
1976 **Família e rede social.** Papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BOURDIEU, Pierre  
1993 À propos de la famille comme catégorie réalisée, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales.** Paris, n. 100, déc.
- DA MATTA, Roberto  
1987 **A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. Pensando a família no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Edufrj.
- DURHAM, Eunice  
1986 A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO Ruth (org.). **A aventura antropológica. Teoria e pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DUARTE, Luiz Fernando D.  
1986 **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Brasília: CNPq.
- FAUSTO NETO, Ana Maria Q.  
1982 **Família operária e reprodução da força de trabalho.** Petrópolis: Vozes.
- FONSECA, Claudia  
1995 **Caminhos da adoção,** São Paulo: Cortez.
- FREYRE, Gilberto  
1990 **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano** 8ª ed. Rio de Janeiro: Record [1936].
- GUEDES, Simoni Lahud  
1997 **Jogo de corpo. Um estudo de construção social de trabalhadores.** Niterói: E-duff.
- HALL, Stuart  
1999 **A identidade cultural na pós-modernidade,** Rio de Janeiro: DP & A.
- HOGGART, Richard  
1973 **As utilizações da cultura. Aspectos da vida da classe trabalhadora.** Lisboa: Presença.
- MACHADO, Lia Zanotta  
1986 Família, honra e individualismo. **Anuário Antropológico 85,** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MAUSS, Marcel

- 1968 Une catégorie de l'esprit humain: la notion de personne, celle de "moi". **Sociologie et Anthropologie**, Paris: PUF.
- MOUZINHO, Gláucia Maria Pontes  
1999 **Programa médico de família**: mediação e reciprocidade. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, Universidade Federal Fluminense.
- NEVES, Delma Pessanha  
1984 Nesse terreiro galo não canta: estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. **Anuário Antropológico 83**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- SAHLINS, Marshall  
1979 **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar.
- SARTI, Cynthia Andersen  
1996 **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres, São Paulo: Autores Associados.
- VELHO, Gilberto  
1994 **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.